



LICENÇA PRÉVIA E DE INSTALAÇÃO

N° 12000314

Versão: 02

Data: 08/04/2013

de Novo Estabelecimento

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Nome

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIUÁ - ETE

Logradouro

ESTRADA MUNICIPAL CAI -010

Cadastro na CETESB
240-19-5

Número

S/Nº

Complemento

KM 0,9

Bairro

ZONA RURAL

CEP

19450-000

Município

CAIUÁ

CARACTERÍSTICAS DO PROJETO

Atividade Principal

Descrição

ESGOTO SANITÁRIO; SISTEMA COLETIVO (ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE

Bacia Hidrográfica

92 - VERTENTE PARCIAL DO RIO PARANA

UGRHI

22 - PONTAL DO PARANAPANEMA

Corpo Receptor

CÓRREGO CAIUAZINHO

Classe

Área (metro quadrado)

Terreno

12.502,00

Construída

141,25

Atividade ao Ar Livre

12.360,75

Novos Equipamentos

Lavra(ha)

Horário de Funcionamento (h)

Início

00:00

às

Término

00:00

Número de Funcionários

Administração

1

Produção

1

A CETESB–Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Estadual nº 118/73, alterada pela Lei 13.542 de 08 de maio de 2009, e demais normas pertinentes, emite a presente Licença, nas condições e termos nela constantes;

A presente licença está sendo concedida com base nas informações apresentadas pelo interessado e não dispensa nem substitui quaisquer Alvarás ou Certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal;

As Exigências Técnicas, relação de equipamentos, capacidade produtiva e outras observações, partes integrantes desta licença, estão relacionadas em folha anexa;

Deverá ser requerida Licença de Operação, antes da data prevista para o início das operações, a qual não será concedida caso não tenham sido atendidas as Exigências Técnicas integrantes desta Licença;

A firma não poderá iniciar a operação deste empreendimento, sem que a respectiva Licença de Operação seja concedida pela CETESB, sob pena de aplicação de penalidades previstas na legislação; Conforme disposto no Artigo 70 do Regulamento da Lei Estadual 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto Estadual nº 8468, de 8 de setembro de 1976 e suas alterações, a presente licença tem prazo de validade de 3 (três) anos, período no qual o empreendimento deverá iniciar a implantação de suas instalações, sob pena de caducidade da Licença de Instalação emitida.

USO DA CETESB

SD N°

12006296

Tipos de Exigências Técnicas

**Ar, Água, Solo,
Outros**

EMITENTE

Local: **PRESIDENTE PRUDENTE**

Esta licença de número 12000314 foi certificada por assinatura digital, processo eletrônico baseado em sistema criptográfico assimétrico, assinado eletronicamente por chave privada. Para verificação de sua autenticidade deve ser consultada a página da CETESB, na Internet, no endereço: www.cetesb.sp.gov.br/licenca

ENTIDADE



LICENÇA PRÉVIA E DE INSTALAÇÃO

N° 12000314

Versão: 02

Data: 08/04/2013

de Novo Estabelecimento

EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

01. O efluente final da Estação de Tratamento de Esgoto deverá atender aos padrões de qualidade e emissão definidos nos artigos 11 e 18, do Regulamento da Lei Estadual 997/1976, aprovado pelo Decreto 8468/1976 e à Resolução CONAMA n° 357/2005, complementada e alterada pela Resolução 430/2011. Caso o limite de 5 mg/l da DBO (Demanda Bioquímica de Oxigênio) seja ultrapassado, deverá ser observado o artigo 14 do Regulamento da citada lei, que estabelece o nível mínimo de 5 mg/l de OD (Oxigênio Dissolvido), no corpo receptor.
02. Em função dos resultados do monitoramento do efluente líquido, caso se verifique o não atendimento aos padrões de emissão e/ou qualidade estipulados, deverá ser proposta a implantação de unidades complementares de tratamento (ex.: lagoa de maturação, sistema desinfecção do efluente final, etc...), e/ou alterar o local de lançamento do efluente final para um ponto no corpo receptor onde a vazão seja suficiente para diluir os esgotos, de modo a atender à legislação vigente.
03. Os resíduos sólidos retidos no tratamento físico (pré-tratamento), bem como, o lodo gerado na Estação de Tratamento de Esgoto - ETE, deverão ser adequadamente armazenados e destinados, de modo a não causar danos ao meio ambiente e/ou inconvenientes ao bem estar público, em atendimento ao Regulamento da Lei Estadual n° 997/76, aprovado pelo Decreto n° 8468/76, e suas alterações.
04. Deverá haver uma adequada operação e controle da Estação de Tratamento de Esgotos-ETE e da Unidade Elevatória de Esgotos-EEE, objetivando minimizar as emissões odoríferas na atmosfera e assim evitar inconvenientes ao bem estar público. Nesse propósito recomenda-se a implantação de cortina vegetal no entorno da área da Estação de Tratamento de Esgotos-ETE.
05. A unidade de tratamento dos esgotos esgoto deverá ser devidamente cercada e sinalizada, permitindo a entrada apenas de pessoas autorizadas.
06. A emissão da Licença de Operação tem como condicionante a apresentação da Outorga de Direito de Uso de Recurso Hídrico, referente ao lançamenbto de efluente junto no Ribeirão Caiuá, emitida pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE.
07. Execução do projeto de paisagismo da área interna da ETE, contemplando a implantação de cerca-viva nos limites da área.
08. À AUTORIZAÇÃO concedida condicionar-se-á o plantio 254 (duzentas e cinquenta e quatro) mudas de espécies arbóreas nativas diversas, sendo, 29 (vinte e nove) pela intervenção em Área de Preservação Permanente - APP em superfície de 0,017 ha, incluindo nesta a supressão de 0,010 ha de vegetação arbórea nativa, em estágio inicial de regeneração natural, com a finalidade de implantação das estruturas de lançamento de efluentes domésticos tratados (tubulação e caixa dissipadora) no Córrego Caiuazinho; 225 (duzentas e vinte e cinco) pela supressão de 09 (nove) indivíduos arbóreos nativos isolados, não constantes de listas de espécies ameaçadas de extinção, visando à implantação de uma das lagoas de tratamento componente da Estação de Tratamento de Esgotos domésticos - ETE, como forma de compensação pelo impacto ambiental causado, mesmo que temporário e de pequena magnitude.
09. O plantio compensatório deverá ocorrer na Área de Preservação Permanente - APP do Córrego Caiuazinho, obedecendo-se ao projeto técnico apresentado pelo empreendedor e constante do processo em tela.
10. A garantia da execução da medida de compensação do impacto ambiental será o instrumento extrajudicial do Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental - TCRA n° 37112/2013, emitido em 04/04/2013, celebrado pela municipalidade de Caiuá, com a CETESB-CFP;
11. O Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental - TCRA deverá materializar-se, vinculando-se o mesmo à execução de Projeto Técnico de Reflorestamento Heterogêneo apresentado pelo interessado, obedecendo-se ao previsto na Resolução SMA N° 08/2008, cujo plantio será realizado na própria Área de Preservação Permanente - APP objeto de intervenção.
12. Deverá ser cumprido integralmente o Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental - TCRA n° 37112/2013, firmado pela Prefeitura com a CETESB em 04 de abril de 2013.
13. Deverá ser afixada placa no local das obras, em local visível, constando o número das Licenças



LICENÇA PRÉVIA E DE INSTALAÇÃO

N° 12000314

Versão: 02

Data: 08/04/2013

de Novo Estabelecimento

Ambientais e o número do Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental - TCRA.

OBSERVAÇÕES

01. Está autorizada a seguinte supressão de vegetação e/ou intervenção em área de preservação permanente:
Supressão de Vegetação Em APP
- Floresta Estacional Semidecidual (Tropical Subcaducifólia) em Estágio Secundário Inicial (0,017 ha)
02. Está autorizado o corte de árvores isoladas, conforme relação abaixo:
Corte de Árvores Isoladas Fora de APP
- N° de Árvores: (9), N° de Árvores/ha: (0,0006), Volume Lenhoso(m³): (2,1)
Corte de Árvores Isoladas Em APP
- N° de Árvores: (0), N° de Árvores/ha: (0), Volume Lenhoso(m³): (0)
- N° de Árvores: (0), N° de Árvores/ha: (0), Volume Lenhoso(m³): (0)
03. A presente licença é válida apenas quando acompanhada de planta com as indicações das áreas autorizadas para Supressão de Vegetação e/ou Intervenção em Área de Preservação Permanente (APP).
04. Para emissão da presente licença foram analisados aspectos exclusivamente ambientais relacionados às legislações estaduais e federais pertinentes.
05. Esta licença não desobriga o outorgado a requerer as aprovações municipais, para sua instalação e/ou edificação.
06. A Licença Prévia está sendo emitida concomitantemente com a Licença de Instalação, nos termos do parágrafo 3° do artigo 58 do regulamento da Lei n° 997/76.
07. A constatação do não atendimento das exigências técnicas acima e/ou da inconsistência das informações prestadas pelo usuário implicará, automaticamente, no CANCELAMENTO da presente licença.
08. Nos termos do Artigo 70 do Decreto Estadual 47.397 / 02 os empreendimentos licenciados terão um prazo máximo de 3 (anos) para iniciar a implantação de suas instalações, sob pena de caducidade da licença concedida.
09. A critério da CETESB, devidamente fundamentadas, ou por alteração de caráter legal, poderão ser solicitadas da empresa informações e/ou exigências adicionais.
10. A Prefeitura deverá obter a Licença de Operação antes de iniciar as atividades da Estação de Tratamento de Esgotos - ETE.
11. A presente Licença está sendo concedida para a reforma/ampliação da Estação de Tratamento de Esgotos - ETE da cidade de Caiuá/SP, constituída por:
 - pré-tratamento (gradeamento, desarenação e calha parshall);
 - lagoa anaeróbia;
 - duas lagoas facultativas; e
 - lagoa de maturação.